



Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia

Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-474-0
DOI 10.22533/at.ed.740201610

1. Ciências sociais aplicadas. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: As relações como meio de compreender a sociedade”. São ao todo vinte e um artigos que apresentam pesquisas relacionadas as áreas de turismo, educação, política, trabalho, desenvolvimento econômico e um artigo relacionado a política pública de assistência social e direitos socioassistenciais.

Os temas são abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas, e os autores e autoras propõe-se a identificar e analisar as relações existentes entre as temáticas com elementos contextuais e aspectos territoriais, contribuindo para a realização de estudos, com uma perspectiva mais ampliada e aprofundada das relações presentes na sociedade brasileira.

Nos artigos em que o tema turismo foi abordado, identifica-se análises relacionadas com as manifestações culturais, o lazer, questões étnicas vinculadas a uma comunidade quilombola e desenvolvimento sustentável.

Na temática relacionada a educação, identifica-se a realização de pesquisas vinculadas a educação infantil e as universidades, bem como, entre este tema e os hábitos de leitura, violência física entre estudantes, contratação de pessoas com deficiência e inserção de pessoas com mais de 50 anos no ensino superior.

Os movimentos populares, os aspectos ideológicos, as relações com o meio ambiente e as urnas eletrônicas constituem os aspectos que fizeram parte das análises vinculadas a política.

Para finalizar, são apresentadas as pesquisas que trataram sobre os temas trabalho e desenvolvimento econômico. Os artigos apresentados analisam a relação com as atividades comerciais locais, capital improdutivo, precarização das relações trabalhistas, questões de gênero, marca e marketing.

Com esta breve apresentação é possível identificar a amplitude das análises e pesquisas que são apresentadas neste e-book. Esperamos que a leitura realizada possa contribuir para novas reflexões e outras aproximações sobre as relações presentes no atual contexto da sociedade brasileira.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DOCUMENTAÇÕES E TURISMO: PROCESSOS E REGISTROS DE VIAGENS INTERNACIONAIS PARA BRASILEIROS

Carla Ferreira de Moraes

Leandro Gracioso de Almeida e Silva

Pollylian Assis Madeira

DOI 10.22533/at.ed.7402016101

CAPÍTULO 2..... 16

ESCALADA EM ROCHA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DE LAZER EM MONTES CLAROS/MG

Jarbas Pereira Santos

Marilda Teixeira Mendes

Michela Abreu Francisco Alves

Irene Menegali

Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.7402016102

CAPÍTULO 3..... 28

TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PIQUI DA RAMPA, CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Wilson de Carvalho Rosa Filho

DOI 10.22533/at.ed.7402016103

CAPÍTULO 4..... 42

PANORAMA DA EVOLUÇÃO DOS *ADVENTURE GAMES*

Camila Brandão Bisson

Leonardo Antonio de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7402016104

CAPÍTULO 5..... 68

PCDS A DEMANDA PRESENTEADA: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRAÇÃO, DIANTE UM CENÁRIO DE EDUCAÇÃO

Daniel Andrei Rodrigues da Silva

Tamara Wildner

Tatiane Barichello Zorzo

DOI 10.22533/at.ed.7402016105

CAPÍTULO 6..... 77

DIREITO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Fabrine Antonello

Jaqueline Antonello

DOI 10.22533/at.ed.7402016106

CAPÍTULO 7..... 86

**HÁBITOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS:
UMA AVALIAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Carina Carvalho Novaes
Géssica Coelho Alencar
Maria Carolina Barros Costa
Marianne Louise Marinho Mendes

DOI 10.22533/at.ed.7402016107

CAPÍTULO 8..... 94

**AS NARRATIVAS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE OS ESTUDANTES**

Sergivano Antonio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7402016108

CAPÍTULO 9.....118

**A UNIVERSIDADE PARA QUEM TEM MAIS DE 50 ANOS: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA IES DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL**

Juciele Marta Baldissarelli
Adelcio Machado dos Santos
Monica França dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7402016109

CAPÍTULO 10..... 130

**DOM JOSÉ RODRIGUES: SEU PAPEL POLÍTICO E EDUCATIVO JUNTO ÀS
CAMADAS POPULARES NO BOLETIM “CAMINHAR JUNTOS”**

Jônatas Pereira do Nascimento Rosa
Edonilce da Rocha Barros
Andréa Cristiana Santos

DOI 10.22533/at.ed.74020161010

CAPÍTULO 11..... 144

**A MILITÂNCIA COMO MANDAMENTO OU EXISTE POSSIBILIDADE
DE VISÕES PLURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA? APONTAMENTOS
PRELIMINARES**

Manoel Adir Kischener
Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Mariza Rotta

DOI 10.22533/at.ed.74020161011

CAPÍTULO 12..... 160

**AMAZÔNIA: AS NUANCES COMUNICACIONAIS AOS OLHOS DA ESTRATÉGIA
ELEITORAL/GOVERNAMENTAL DE JAIR BOLSONARO E EMMANUEL
MACRON**

Gustavo Koetz Vaccari
Roberto Gondo Macedo

DOI 10.22533/at.ed.74020161012

CAPÍTULO 13..... 174

A LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: O CASO DAS URNAS ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAZONAS

Karina Lopes Cidade

Marcos Carneiro da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74020161013

CAPÍTULO 14..... 189

COLONIALIDADE E PRÁTICAS ALIMENTARES NO GOVERNO DE JANARY NUNES

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

DOI 10.22533/at.ed.74020161014

CAPÍTULO 15..... 197

O MARKETING DE RELACIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DE MARCA.

COMPLEXIFICAÇÃO CONCEITUAL E NOVOS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

Guaracy Carlos da Silveira

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa

DOI 10.22533/at.ed.74020161015

CAPÍTULO 16.....211

CRESCIMENTO ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

DOI 10.22533/at.ed.74020161016

CAPÍTULO 17..... 224

A INCLUSÃO DE UMA MICROEMPRESA NO MERCADO BAGEENSE ATRAVÉS DA PESQUISA DE MERCADO

Hallana Pereira Ortiz

Vinícios Oliveira da Rosa

Aldemi Silveira Leon

Lóren Formiga de Pinto Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.74020161017

CAPÍTULO 18..... 240

O CÂMBIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE COMERCIAL LOCAL

Giselly Mayara Mesquita de Paiva

Nicolas Andretti de Souza Neves

Ronaldo Cardoso da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74020161018

CAPÍTULO 19..... 254

O EMPREGO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO

TRABALHO: O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E A BUSCA DA IGUALDADE

Elaine Aparecida Fonsêca Tavares

Maria Olímpia de Jesus Sousa

Soraia Veloso Cintra

Luciene da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.74020161019

CAPÍTULO 20..... 265

A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO: UMA RESENHA CRÍTICA

Marcus Vinicius Gomes Pereira

DOI 10.22533/at.ed.74020161020

CAPÍTULO 21..... 277

ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA

Heleni Duarte Dantas de Àvila

Jucileide Ferreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.74020161021

SOBRE A ORGANIZADORA..... 287

ÍNDICE REMISSIVO..... 288

CRESCIMENTO ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Railson Marques Garcez

Universidade Federal do Maranhão – PPGDSE

São Luís – MA

<http://lattes.cnpq.br/7642745674330297>

RESUMO: O contingente de desempregados no Brasil e no mundo bate recordes e uma agenda para atingir níveis aceitáveis de trabalho decente que possa proporcionar crescimento econômico foi definida em 2015. Desde 1980 o Brasil vive um desmantelamento em termos de regulação do seu mercado de trabalho, a partir de um receituário neoliberal, sendo o avanço da precarização uma realidade que parece ser incontrolável. Buscou-se, dessa forma, enquanto objetivo principal desse estudo, analisar a atual problemática do trabalho considerando o fenômeno da uberização da força de trabalho no Brasil e seus impactos no crescimento e desenvolvimento nacional a partir de pesquisas em livros, artigos, relatórios institucionais, pesquisas técnicas, etc. As baixas taxas de crescimento do PIB brasileiro nos últimos quatro anos combinadas com a disponibilidade de formas flexíveis e aparentemente autogerenciadas de trabalho no mercado, permitem concluir que estas ocupações, metamorfoseadas, são percebidas como oportunidades de sobrevivência, em contraposição ao alto índice de desemprego. Dessa forma, alastram-se no país as ocupações

sem carteira assinada e por conta própria, uma expansão sem precedentes do mercado de trabalho informal no Brasil que contribuem para avanços maiores na precarização do trabalhador e não dá indícios de ser apenas uma panaceia.

PALAVRAS - CHAVE: Crescimento.

Desenvolvimento. Uberização. Precarização.

Trabalho.

ECONOMIC GROWTH, UBERIZATION OF WORK AND DEVELOPMENT IN BRAZIL

ABSTRACT: The number of unemployed in Brazil and the world is breaking records and an agenda to achieve acceptable levels of decent work that can provide economic growth was set in 2015. Since 1980 Brazil has been experiencing a dismantling in terms of regulating its labor market, based on a neoliberal prescription, with the advance of precariousness a reality that seems uncontrollable. Thus, the main objective of this study was to analyze the current labour problem considering the phenomenon of the uberization of the labour force in Brazil and its impacts on national growth and development from research in books, articles, institutional reports, technical research, etc. The low growth rates of the Brazilian GDP in the last four years combined with the availability of flexible and apparently self-managed forms of work in the market, allow us to conclude that these occupations, metamorphosed, are perceived as opportunities for survival, in contrast to the high rate of unemployment. Thus, occupations without a signed and self-employment card, an unprecedented expansion of the informal labour market in Brazil, are spreading in the country.

KEYWORDS: Growth. Development. Uberization. Precarization. Work.

1 | INTRODUÇÃO

Em termos globais, o mercado de trabalho passa por profundas e intensas transformações, as quais são um reflexo do processo constante de reorganização e reestruturação do sistema capitalista. Tais transformações provocam, sobretudo, alterações perversas no mundo do trabalho e nos moldes como este se apresenta, mais informal, flexível e intenso, portanto, mais precarizado. Esta situação atinge tanto os países desenvolvidos, mas, principalmente, e, de forma pungente, os países de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento como o Brasil.

O cenário contemporâneo, de crise e desemprego estrutural, e todos os seus desdobramentos possíveis que, por conseguinte, afetam a retomada do crescimento econômico, bem como o desenvolvimento socioeconômico das nações, tem sido pauta de várias agendas em todo o mundo. A Agenda 2030, por exemplo, definida em 2015, elenca dezessete Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre estes, destaca-se, para efeito desse estudo, o oitavo objetivo - “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” – cujo principal propósito é promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

No entanto, e, diferentemente do que estabelece tal objetivo, o que se observa é uma intensificação e um desmonte das políticas de trabalho e emprego, a partir dos seus processos de (des)regulamentação e flexibilização em curso não somente no Brasil, mas em todo o globo. No Brasil, essa realidade tornou-se mais evidente a partir da adoção de medidas neoliberais, no país desde da década de 1990 e que tornaram-se mais intensas com o atual governo, e que colocam em xeque a aderência ao objetivo anteriormente explicitado e que podem, ainda, em efeito colateral, minar a retomada do crescimento econômico e não sustentar de forma perene o desenvolvimento socioeconômico do país.

Nesse sentido, busca-se, enquanto objetivo central desse artigo, analisar a atual problemática do trabalho, sob o prisma da uberização do trabalho, e seus impactos na retomada do crescimento econômico e no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Para tal intento, utilizou-se o recurso metodológico teórico-bibliográfico, a partir de pesquisa em livros, artigos, publicações acadêmicas, notas técnicas, boletins técnicos, relatórios institucionais, etc. que abordam e dão subsídio para a problematização do tema em estudo.

Destarte, três aspectos merecem ser explorados nesse estudo, sendo o primeiro um ensaio sobre crescimento econômico, sua trajetória e o recente panorama brasileiro. O segundo aspecto busca descrever e compreender o

fenômeno da uberização do trabalho no Brasil e seus efeitos na precarização da força de trabalho. Logo em seguida, ensaia-se sobre o trabalho decente e sua conexão com o desenvolvimento nacional. Para finalizar, a quinta seção traz as principais conclusões deste estudo.

2 | CRESCIMENTO ECONÔMICO: O PANORAMA BRASILEIRO DE 1980 A 2018

O Brasil vem amargando nessa última década sucessivos resultados negativos do seu PIB, com espasmos de recuperação e crescimento comandados, principalmente, pelo setor de Serviços e secundamente, pelo setor do agronegócio. Essa realidade acompanhada ainda por um forte desajuste fiscal, dívida pública e a necessidade de reformas, como a reforma da previdência e a reforma tributária, devem colocar o país de volta ao caminho do crescimento econômico sustentável, porém, lento e limitado, bem como proporcionar um clima de estabilidade macroeconômica. É necessário, no entanto, remover os entraves e distorções microeconômicas estruturais que possam de alguma forma impedir a elevação sustentada do investimento e da produtividade geral da economia (CAVALCANTI; JUNIOR, 2018).

A cena atual é um desdobramento de toda a trajetória de políticas econômicas e projetos de crescimento, ou seja, dos seus elementos estruturais, bem como dos elementos conjunturais que abalaram e interromperam a jornada de crescimento econômico do país. É sabido que o processo, notável, de industrialização brasileira começou em 1930, a partir da transição de uma economia agroexportadora para uma economia mais industrializada, pela substituição de importações.

Esse período, que perdurou por 50 anos, conhecido como Era Desenvolvimentista, cuja ideologia predominante fora o Nacional-Desenvolvimentismo, registrou avanços significativos da participação da indústria de transformação, que mais do que duplicou entre 1930 e 1980, na composição do PIB brasileiro. Esse processo acelerado e exitoso de *catch up* (alcance), fora empreendido para alcançar os níveis médios de industrialização observados nos países desenvolvidos (GONÇALVES, 2013).

Todavia, essa Era começou sofrer inflexão com o início do regime ditatorial militar autoritário que se estendeu até 1988 e superado, quando da democratização do país e da elaboração da constituição federal. De 1980 a 1994 o país experimentou uma profunda crise e uma forte instabilidade política e social que culminou na necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a nação. Nessa fase, que se inicia em 1980, o Brasil tem seu pior desempenho em termos econômicos, com uma aguda desestabilização macroeconômica.

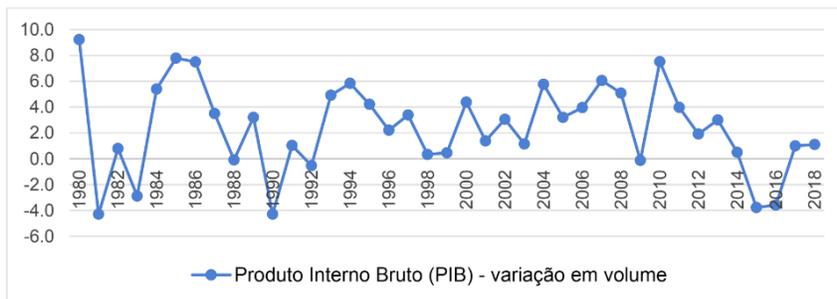


Gráfico 1 – Brasil: Crescimento Anual do PIB de 1980 a 2018 (em %)

Fonte: Série histórica do PIB - IBGE (elaboração própria)

Após cinco décadas de grandes avanços, a década perdida traz consequências severas tanto em perspectiva política, quanto, e principalmente, em perspectiva social, quando é iniciado o processo de desestruturação do mercado de trabalho e o crescimento de ocupações informais no país. Em meio ao cenário de grande instabilidade econômica, com alta inflação, temeridade da perda da legitimidade do Estado, houve a ruptura como o modelo desenvolvimentista e a adoção de medidas fundeadas no liberalismo econômico, cujo início é o governo de Collor (1990-1992).

A partir de 1995, o país ficou a reboque das transformações globais, num movimento de reação passiva aos acontecimentos de ordem mundial, o que implicou, mediante liberalização e desregulamentação da economia, em efeitos amplos, profundos que causaram mudanças estruturais significativas, de ordem produtiva, monetária, financeira e tecnológica, por exemplo. (GONÇALVES, 2013).

Desde então, tem-se observado significativas alterações na composição do PIB e na participação dos setores da economia, cujas principais evidências, já reiteradas por diversos especialistas e pela recorrência de dados divulgados por Institutos de pesquisa, como o IBGE, demonstram uma queda na participação da indústria (desindustrialização), aumento do agronegócio (reprimarização) e um crescimento vigoroso da participação do setor de serviços ao longo dos anos.

Essas transformações trouxeram também uma elevação dos índices de emprego assalariado sem carteira assinada e também das ocupações por conta própria que podem ser vistos no gráfico 2, a partir da série histórica da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) iniciada em 2012.

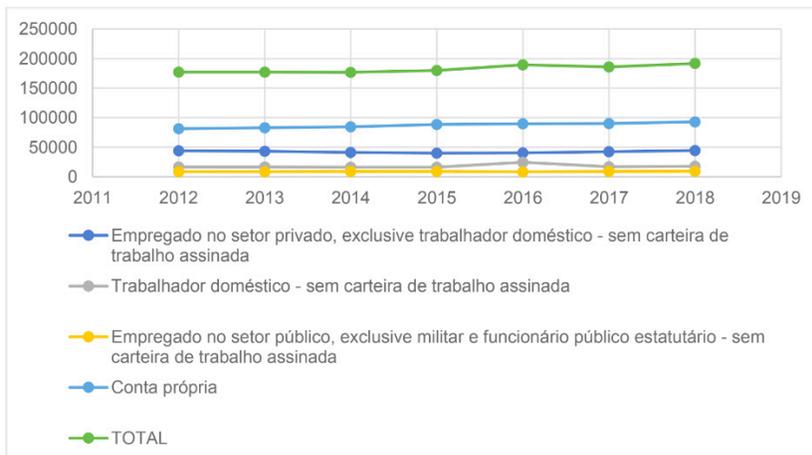


Gráfico 2 – Crescimento do Trabalho Informal no Brasil de 2012 a 2018 (mil pessoas)

Fonte: IBGE – PNAD (elaboração própria)

Os dados da PNAD/IBGE sinalizam um movimento preocupante para a economia e para o crescimento do país – o aumento das ocupações informais (sem carteira de trabalho) – que bate recordes. Segundo dados da PNAD/IBGE, no segundo trimestre de 2019, já são quase 12 milhões de pessoas empregados no setor privado sem carteira assinada, representando, dessa forma, o maior quantitativo de pessoas desde o início da série histórica em 2012.

Além desse contingente de trabalhadores desassistidos, outro número chama a atenção – a massa de trabalhadores por conta própria. Estes vem se exponenciando, frente à dificuldade de retomada do crescimento do emprego formal, e já atingem, segundo a mesma pesquisa, mais de 24 milhões de pessoas o que representa um crescimento de 5,2% (1,2 milhão de pessoas a mais) em relação mesmo período de 2018.

A leve redução da taxa de desocupação, cuja queda foi de 0,7%¹ no final do segundo trimestre de 2019, não vem acompanhada de bons números em relação ao emprego formal. Pelo contrário, a taxa, na verdade, está sendo puxada para baixo, em decorrência de maiores ocupações em empregos informais, como já visto anteriormente pelos números crescentes de empregados por conta própria.

O crescimento significativo ao longo do tempo, do emprego assalariado sem carteira assinada, acompanhado da ocupação por conta própria colabora para a volta do crescimento da precarização do mundo do trabalho (POCHMANN, 2008). Essa constatação, leva à próxima discussão que é a intensificação de postos de

¹ Recuou de 12,5% para 11,8% na passagem do trimestre encerrado em abril para o terminado em julho de 2019, com menos 609 mil pessoas desocupadas no país (PNAD/IBGE, 2019).

trabalho *uberizados* no país com alternativa para a superação da falta de emprego, porém com grandes contribuições para o aumento da precarização do mercado de trabalho no Brasil.

3.1 A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO

O mercado de trabalho vem sofrendo duros golpes nos últimos anos com a expansão muito rápida de ocupações informais, bem como pelo dismantelamento de legislações e desregulamentações contribuem para o cenário de maior precarização do mundo do trabalho. Essa realidade, capitaneada, pelas sucessivas investidas do capitalismo em seu processo de reestruturação e reconfiguração, perante sua crise estrutural, é reflexo de experimentos cada vez mais sofisticados de exploração da força de trabalho, tanto quanto ao seu uso, quanto a sua remuneração (POCHMANN, 2016).

Segundo Gimenez e Krein (2016), o Brasil, diferentemente de como ocorrera com os países centrais, não conseguiu constituir a sua sociedade de forma organizada com base no trabalho assalariado que pressupõe a construção de direitos e a proteção social para o conjunto de trabalhadores do país. O que se observou, pelo contrário, foi um esforço muito grande para a industrialização, sem correspondência com a necessidade de estruturação do mercado de trabalho.

Houve, portanto, historicamente, uma elevada flexibilidade, com descumprimentos da legislação trabalhista, e uma nítida desorganização que “se manifesta no baixo índice de assalariamento, na informalidade, na elevada rotatividade, na abertura do leque salarial e na forte desigualdade social, inclusive entre os rendimentos do trabalho”.³

É consenso que as forças que determinaram a expansão da informalidade⁴, principalmente, em países em desenvolvimento tiveram origem de forma mais intensa no processo de industrialização por substituição de importações. Nesse período, apesar da incorporação de tecnologias que visavam a economia de mão de obra, houve em paralelo um processo de ampliação de ocupações que surgiram de um lado como complemento às atividades e de outro em razão do aumento do rendimento médio dos trabalhadores assalariados que teve reflexos diretos em maior consumo de bens e serviços.

2 Trata-se de um novo padrão de reorganização produtiva e do trabalho. A generalização da uberização do trabalho é grande nesse início de século, bem como a intensificação de diversos experimentos desse “método” no espaço supranacional, contudo deixando à margem a regulação nacional de trabalho (POCHMANN, 2016).

3 Ibidem, p.18.

4 Segundo Antunes (2015, p.247) “uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado”

O quadro mutante e de regressão em conquistas no mundo do trabalho, ao longo da luta de classes e de todo o movimento sindicalista, evidencia que o sistema capitalista tem utilizado mais mecanismos de precarização e flexibilização do trabalho, aumentando a estatísticas dos empregados temporários, subcontratados que recebem salários mais baixos e são tolhidos de direitos, ou, quando estes existem, são cada vez menores (PRIEB, 2005).

A uberização do trabalho, expressão derivada da empresa Uber, e que se refere em sentido macro à todas as formas de trabalho informal, principalmente por intermédio de aplicativos (apps), tem sido a tônica atual nas discussões sobre as transformações e a realidade do trabalho no Brasil e no mundo. Slee (2017) refere-se à uberização⁵ como a nova onda do trabalho precarizado e atem-se em desmitificar em sua obra a aura de esperança depositada na chamada “Economia do Compartilhamento”, gênese do surgimento do movimento “Uber” na sociedade e economia moderna, ao mostrá-la como uma experiência que esconde verdadeiras fortunas acumuladas, provoca erosão de comunidades e intensifica o trabalho tornando-o mais precarizado. A falsa impressão do trabalho uberizado como sendo um trabalho livre, independente, autogerido, segundo a visão neoliberal, deixa de considerar, segundo Gorz (2005, p.26), que:

“[...] na maioria dos casos, os independentes estão, na realidade, sob a dependência de um único grande grupo, ou de um pequeníssimo número de grandes grupos que os submetem à alternância de períodos de hiperatividade e de desemprego; e que os particulares aos quais os autoempreendedores vendem seus serviços são, eles mesmos, submetidos aos acasos da precariedade [...].

Dados da PNAD/IBGE, revelam que desde 2014, quando a Uber chegou ao Brasil, até 2018, o grupamento que representa os trabalhadores de transportes no Brasil, saltou de 4 milhões de pessoas para 4,8 milhões até o primeiro trimestre de 2019, sendo a maioria das 800 mil pessoas, motoristas de aplicativos. Dados como este, reforçam o crescimento do trabalho informal no Brasil e trazem à tona uma realidade assustadora, que aparenta ser provisória, mas que pode se estender mediante as ações liberais do Estado face à pressão do sistema capitalista, para aproveitar, de forma exploratória, o excedente de mão de obra.

O cenário que se apresenta aos trabalhadores e que retrata o atual panorama do mercado de trabalho brasileiro, altamente informal, flexível, terceirizado e precarizado, mostra-se, a priori, ter um caráter provisório. Mas em virtude das baixas taxas de crescimento da economia, revela-se como ocupações permanentes, uma vez que o trabalhador vislumbra como oportunidade de renda e de sobrevivência.

5 O termo passa a fazer referência aos diversos tipos de trabalho informal, desde motorista de aplicativo como Uber, 99, Cabify, entregador de comida como UberEats, Ifood, até passeador e cuidados de animais, como o DogHero.

A moderna precarização social do trabalho é então entendida, ao mesmo tempo, como um velho e novo fenômeno, metamorfoseado e reconfigurado, de caráter macro e microsocial (DRUCK, 2016; 2011). Diante, dessa realidade, é indispensável pensar nos efeitos e desdobramentos para o processo de desenvolvimento socioeconômico do país. É necessário refletir sobre o cenário da escravidão à qual esses trabalhadores informais se submetem na busca por oportunidade de trabalho decente.

4 I TRABALHO DECENTE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

É inegável e indispensável o papel do trabalho na sociedade enquanto elemento condicionante e catalisador de desenvolvimento não apenas econômico, mas social. No entanto, é partir da falta deste ou das condições impostas para o desempenhar deste, que o debate se prolonga e se aprofunda na seara da necessidade da promoção de trabalho decente ⁶em termos mundiais. Segundo dados da OIT (2019), em 2016, cerca de 61% da população mundial está ocupada de maneira informal, ou seja, isso representa mais de 2 bilhões dos 3,3 bilhões de pessoas que trabalham no mundo.

Depreende-se, sobretudo, que o fenômeno da informalidade do mundo trabalho, atinge de forma globalizada diversas economias, sejam desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Tal fenômeno, acomete de forma severa os trabalhadores, pois, em muitos casos há falta de bem-estar, segurança econômica, igualdade de oportunidades e poucas possibilidades de desenvolvimento humano. Ou seja, nem sempre estar empregado significa estar empregado de forma decente. Essa constatação traz à tona novos debates e colocam em evidência o fato de que:

A problemática atual do trabalho, referida à retomada de um discurso desenvolvimentista, ganha particular relevância quando associada, seja às diversas experiências de participação política e institucional dos trabalhadores e dos movimentos sociais nas últimas décadas, seja ao modo como políticas de desenvolvimento lidam com estratégias empresariais de flexibilização e precarização das relações de trabalho, de descaso com a legislação protetiva do trabalho, de descaso com as consequências ambientais e seu impacto sobre diferentes setores da população (RAMALHO; OLIVEIRA, 2013, p.212).

Assim, compreende-se que o baixo crescimento econômico da última década do século passado e da segunda década deste século, aliado à liberalização comercial-financeira, à racionalização e modernização da produção refletiu no nível

6 Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (OIT, 2019)

de emprego e afetou os setores mais estruturados e organizados da economia. Portanto, ocorreu a redução da criação de novos postos no mercado de trabalho e o aumento considerável do desemprego e de outras formas de trabalho temporário, parcial, precário, terceirizado, subcontratado, relacionado à economia não formal e ao setor de serviços (SANTOS, 2008).

O Brasil, pós-impeachment e golpe em 2016 contra a presidente Dilma, vive sua quarta onda de flexibilização trabalhista e que atenta contra a proteção social e laboral instituída desde a década de 1930. Esse novo momento agudiza a perspectiva da Uberização que se caracteriza por uma forma diferente de remunerar a força de trabalho, evidentemente diferente da regularidade do assalariamento formal, no qual os direitos sociais e trabalhistas são geralmente contemplados (POCHMANN, 2016).

Em relação aos efeitos da economia submersa sobre o desempenho da economia formal, conclusões opostas podem ser formuladas. Uma hipótese para uma correlação negativa entre o setor formal e o submerso pode advir do fato de que um aumento na economia submersa leva a uma redução na receita tributária e, conseqüentemente, a uma menor quantidade e qualidade de bens e serviços públicos colocados à disposição da sociedade. Assim, poderia ocorrer uma redução do crescimento econômico, sob a premissa de uma carga tributária menor que a ótima, e uma fraca obediência às instituições estatais. Essa proposição torna-se verdadeira na medida em que a infraestrutura pública é um elemento chave para o crescimento econômico. (RIBEIRO; BUGARIN, 2003, p.439)

É por considerar os efeitos maléficos dessa forma de trabalho que a OIT estabeleceu, em 2015, a agenda 2030⁷ de desenvolvimento sustentável, com dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável. O trabalho decente, oitavo ^oobjetivo da agenda, é tratado dessa forma, como conceito central para o atingimento dos demais objetivos. Algumas metas relacionam-se diretamente com o escopo dessa discussão como a meta 8.5 que visa “até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor”; e a meta 8.8 que “busca proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários”(NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

O trabalho decente é entendido, segundo a OIT (2015, p.27), como ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos que sejam: a promoção dos direitos no trabalho (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as

⁷ Ver agenda 2030 em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

⁸ Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos (ODS, 2015)

formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil), a geração de empregos produtivos e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. Ou seja, busca-se, a partir dessa agenda, uma superação das condições informais do mercado de trabalho para que se possa pensar em desenvolvimento econômico e social (e também ambiental) de forma sustentável.

No contexto do capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho dá-se no sentido de verificar os resultados, seja em relação à elevação quantitativa da produtividade ou qualitativa dos seus resultados. Assim, durante a história do desenvolvimento econômico, a elevação da intensidade do trabalho representa um fator fundamental para o crescimento econômico, apesar de conter problemas sociais e morais implícitos que giram em torno da questão da exploração do trabalhador (DAL ROSSO, 2008). Há uma nova forma de perceber essa precarização que:

Não é mais a mesma precariedade dos tempos da revolução industrial. Não é mais a mesma que os países periféricos, como o Brasil, tiveram desde os tempos coloniais, com o trabalho escravo, pois houve a superação dessa relação social escravista. No entanto, o padrão de assalariamento no país, os limitados direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores brasileiros, estabelecidos na CLT e na Constituição Federal, foram, em toda a nossa história, atacados pelo empresariado brasileiro e sistematicamente desrespeitados. Na atualidade, as transformações no trabalho decorrentes do processo de globalização financeira, da reestruturação produtiva e da implantação de políticas neoliberais, colocaram a precarização social do trabalho como centro da dinâmica do capitalismo nos países centrais e nos países da periferia. (DRUCK, 2016, p.40)

Destarte, na busca pela superação do estigma do trabalho informal, não-decente, que atinge o mundo, em diferentes proporções e situações, é necessário pensar que o trabalho como vetor de desenvolvimento não deve apenas ser reduzido ao processo de geração de riqueza, a partir da transformação das estruturas produtivas com o intuito de torna-las mais eficientes (BARBIERI, 2006) ou a partir de um processo robusto de industrialização que busca retornos crescentes de escala (GALA, 2017).

É necessário, sobretudo, um processo de desenvolvimento nacional, social, econômico, que possa permitir a expansão das liberdades do trabalhador, pois o desenvolvimento deve possuir relação direta, com a melhora de vida que as pessoas levam, bem como pelo desfrute das suas liberdades (SEN, 2010). Realidade que diverge da que o Brasil vive em termos de ocupação de trabalho, na qual por falta de liberdade e de oportunidade, trabalhadores, em muitos casos qualificados, submetem-se a empregos desprotegidos e informais que precarizam o seu labor.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico do Brasil até a década 1980, não foi acompanhado de uma redistribuição de renda equitativa, fato este, que gerou desigualdades regionais bastante evidentes. Mais evidente ainda fora, após esse período de expansão econômica, a desestruturação do mercado de trabalho que se mantém em ritmo acelerado até hoje, visto às recentes taxas recordes de trabalho informal no Brasil que vem crescendo tendencialmente desde meados de década de 1990, quando medidas de cunho neoliberal começam a desregular o mercado de trabalho e a contribuir para a precarização de postos de trabalho.

O avanço dessas medidas neoliberais, bem como as altas taxas de desemprego e trabalho informal, no Brasil e no mundo, traz à tona um novo movimento que compete vultuosidade ao cenário – a uberização do trabalho. Esse fenômeno, longe de ser desconhecido, pois sua essência é a precarização, mostra-se, no entanto, ser reflexo das atuais mudanças pelas quais o processo de desenvolvimento e reconfiguração do capitalismo passa, decorrentes de sua crise estrutural, pelas novas dinâmicas e metamorfoses do trabalho, assim como pelo surgimento da “Economia do Compartilhamento”, da qual a empresa Uber é âncora, mas que considera todos as ocupações de transporte (motorista de aplicativo) a entregador de comida, seja por moto, bicicleta, patins ou patinete.

O menor crescimento compromete, portanto, a geração de empregos, o que, resulta, conforme as estatísticas e endosso teórico apresentados nesse estudo, em uma ampliação do número de desempregados, bem como de postos de trabalho informal no país, indicando que talvez não se trate de uma panaceia. Enquanto fonte alternativa ao cenário negativo da economia tradicional, o uberismo ou a uberização do trabalho, como fenômeno, torna-se uma prática bastante disseminada, tanto no centro, quanto nas periferias, em razão da maior intensidade de globalização e ruptura de modelos de produção capitalista, como alternativa à sua crise estrutural. Apesar de uma economia submersa, essa realidade traz consequências graves, e talvez irremediáveis, às aspirações de desenvolvimento nacional, ao comprometer nesse sentido, não só o crescimento dos setores da economia via trabalho informal, mas as liberdades do ser social que busca exercer sua cidadania por meio do trabalho decente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mudo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

BARBIERI, J.C. O local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável. IN: CABRAL, A.; COELHO, L. **Mundo em Transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAVALCANTI, M.A.F.H.; JUNIOR, J.R.C. **Cenários macroeconômicos para o período 2020-2031**. Nota Técnica. Carta de Conjuntura, n.41, 4 trimestre de 2018, IPEA, 2018.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, G. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. IN: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E.D. (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: velhos e novos desafios? **Caderno CRH, Salvador, v. 24, n.spe 01, p. 37-57, 2011**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792011000400004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 22.ago.2019

GALA, P. Desenvolvimento econômico: divisão do trabalho, retornos crescentes e complexidade. In: GALA, P. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GIMENEZ, D. M.; KREIN, J.D. Terceirização e o desorganizado mercado de trabalho brasileiro. IN: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E.D. (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

GONÇALVES, R.. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

ILO. **World Employment and Social Outlook: Trends 2019**. International Labour Office – Geneva: ILO, 2019.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 23.ago.2019.

_____. **Perspectivas sociales y del empleo em el mundo**. Lima: OIT, 2019.

_____. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social** Genebra: OIT, 2015.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. IN: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E.D. (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

_____. **A crise capitalista e os desafios dos trabalhadores.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, p. 698-712, 2016.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho.** Ijuí: Edit. Unijuí, 2005.

RAMALHO, J.R; OLIVEIRA, R.V.D. A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, Maio/Ago. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200001> Acesso em: 22.ago.2019.

RIBEIRO, R.N.; BUGARIN, M.N.S. Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v.33, n.3, p435-466, set. 2003.

SANTOS, G.P.G. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990.** Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago, 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a11v19n2.pdf>> Acesso em: 23.ago.2019

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado.** São Paulo: Elefante, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adventure games 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 192, 193, 194, 271

Amapá 189, 190, 193, 194, 195

Amazônia 160, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 189, 191, 192, 195

Apontamentos 96, 144, 148, 157

Assistência social 254, 255, 259, 261, 263, 277, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287

Atividades de aventura 16, 17, 18, 19, 22, 25, 27

B

Benefícios 19, 22, 76, 162, 235, 261, 277, 278, 283

C

Câmbio 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Capital improdutivo 265, 266, 267, 275, 276

Capitalismo 66, 150, 190, 191, 199, 216, 220, 221, 225, 265, 269, 270, 273, 275

Comércio 104, 192, 210, 226, 228, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 250, 251, 266

Comportamento do consumidor 197, 201, 202, 208, 238

Comunicação 20, 23, 24, 67, 71, 86, 88, 95, 116, 131, 135, 137, 139, 142, 143, 154, 160, 161, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 194, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 209, 210, 237, 281

Comunicação integrada de marketing 202

Comunidade Quilombola de Piqui da Rampa 28

Crescimento 17, 68, 101, 119, 120, 122, 127, 128, 170, 176, 190, 192, 198, 200, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 244, 266, 271, 273, 274

D

Decolonialidade 189

Demanda 31, 68, 69, 75, 83, 118, 120, 128, 205, 206, 224, 225, 227, 231, 232, 233, 237, 244, 249, 252, 261, 266

Desenvolvimento sócio econômico sustentável 28

Direito à educação 77, 78, 79, 80, 84, 85

Direitos 7, 37, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 85, 88, 91, 115, 137, 139, 161, 164,

216, 217, 219, 220, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 277, 278, 282, 285, 286

Discurso 94, 95, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 130, 132, 138, 142, 160, 164, 165, 167, 168, 190, 194, 195, 219

Documentações 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 12

E

Economia 29, 68, 69, 158, 166, 195, 198, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 240, 243, 244, 252, 253, 265, 266, 267, 272, 274, 275, 279

Educação infantil 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Educação popular 130, 132, 135, 136

Eleição 3, 165, 166, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Emprego doméstico 254, 255, 256, 257, 258, 260

Empresas 54, 57, 58, 65, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 128, 137, 158, 162, 174, 175, 178, 182, 186, 192, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 217, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 237, 238, 252, 268, 269, 270, 271, 276, 280

Ensino superior 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 262

Escalada em rocha 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27

Escola 21, 22, 23, 79, 80, 84, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 128, 138, 156, 158, 192, 265

Estratégia 52, 57, 63, 136, 160, 161, 165, 184, 186, 192, 202, 208, 223, 233, 235, 237

F

Fronteira 8, 106, 177, 192, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 275

G

Geopolítica 160, 162

Gestão Municipal 277, 282, 283

Governança corporativa 265, 268, 269

Graduação 23, 41, 66, 67, 92, 93, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 129, 148, 150, 153, 154, 155, 157, 195, 238, 287

I

Inclusão 72, 73, 76, 118, 122, 123, 129, 224, 258, 264, 267

Informação 2, 10, 19, 22, 42, 69, 86, 88, 91, 92, 108, 121, 122, 131, 140, 157, 169, 183, 254, 258, 259, 261, 262, 263, 267, 272

J

Janary Nunes 189, 190, 191, 193, 194

Jogos eletrônicos 42, 43, 44, 48, 50, 51, 62, 65, 66

L

Lazer 1, 2, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 35, 71

Legislação 4, 12, 68, 69, 75, 179, 188, 216, 219, 247

Leitura 59, 61, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 136, 148, 180, 264

Líder religioso 130

Logística 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

M

Marketing de relacionamento 197, 198, 199, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209

Maturidade 118, 119, 129, 198, 200

Mediador comunicativo 130, 132, 133

Mercado 30, 33, 36, 42, 44, 52, 57, 63, 69, 72, 73, 74, 76, 79, 87, 88, 121, 161, 162, 170, 178, 179, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 260, 263, 272

Microempresa 224, 225, 226, 231, 238

Ministério Público 77, 78, 82, 83, 85, 183

Modernidade líquida 197

N

Narrativa interativa 42, 48

P

Pessoas com deficiência 68, 69, 72, 74, 75, 76, 220

Pluralidade histórica 144

Poder Judiciário 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 180, 181

Práticas alimentares 189, 190, 191, 193, 194, 195

Precarização 212, 216, 222, 223

Projeto 34, 38, 39, 40, 55, 132, 138, 142, 143, 174, 176, 194, 230, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 277

R

Relações sociais 16, 32, 33, 36, 98, 99, 100, 101, 114, 121, 156

Rotulagem de alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92

S

Sentido de pertença 144

Sociabilidade violenta 94, 99, 100, 103, 109, 115

Sujeito 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 128, 147, 161, 164, 165, 200, 248

T

Trabalho 3, 8, 22, 23, 25, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 147, 150, 153, 177, 183, 187, 189, 192, 197, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 228, 229, 238, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 273, 275, 277, 278, 280, 285

Turismo étnico cultural consciente 28

Turismo Internacional 1

U

Uberização 211, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 223

Universidades 44, 86, 198

Urnas eletrônicas 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

V

Violência física 94, 95, 96, 98, 103, 106, 107, 109, 110, 114

Vistos 1, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 36, 65, 145, 161, 215

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade